



**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS  
HIDROGRAFICAS DOS AFLUENTES GOIANOS DO BAIXO PARANAÍBA-  
CBH BAIXO PARABAÍBA**

1 Aos dezenove dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas,  
2 no Auditório da Prefeitura de Quirinópolis, Praça dos Três Poderes, nº 88, Centro,  
3 Quirinópolis-GO, deu-se início a Trigésima Sexta 36ª Reunião Ordinária do CBH  
4 dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, com a participação dos membros e  
5 convidados constantes nas listas de presenças anexas. **Item 1. Abertura da 36ª**  
6 **Reunião Ordinária do CBH dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba:** A  
7 Presidente CBH Baixo Paranaíba saudou os presentes e convidou a todos para a  
8 execução dos hinos nacional e do estado de Goiás, seguida da verificação do  
9 quórum pelo Sr. Phelipe Cunha, da Secretaria Executiva. O Sr. Welington Faustino  
10 Fernandes da Silva, representando o Poder Executivo Municipal, cumprimentou  
11 os presentes e destacou a relevância do evento para o município, em especial no  
12 que se refere à discussão sobre os recursos hídricos da Bacia do Baixo Paranaíba,  
13 preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Reiterou o compromisso  
14 da gestão municipal com as iniciativas voltadas ao meio ambiente e ao progresso  
15 da região, desejando êxito nos trabalhos. Por fim, colocou a estrutura municipal à  
16 disposição do comitê para futuras demandas. A Sra. Hornella Crysthine Urzêdo –  
17 Presidente do CBH Baixo Paranaíba comunicou as substituições de membros da  
18 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),  
19 por meio do Ofício nº 27/2025 (SEMAD), os titulares Pedro Paulo Alves Godoi,  
20 Maria Aparecida de Souza Araújo e Marcos Aurélio Gomes Antunes, e suplentes  
21 Alan Mosele Tonin, João Ricardo Raiser e Carolina Mundim de Souza Marcos  
22 Antônio Alves Capanema (FAEG); Thales Rodrigues Marcelo (Prefeitura de  
23 Itarumã). Agradeceu à diretoria de sua gestão, composta pelos Srs. José Lucas  
24 Rabelo, Rafael Paiva e Paulo Roberto Gomes Pereira, pelo trabalho realizado.  
25 Comunicou que, por motivos pessoais, deixará a presidência do comitê, mas  
26 permanecerá colaborando com as atividades. Agradeceu ainda aos membros do  
27 CBH, em especial à SEMAD, representada pela Sra. Maria Aparecida de Souza  
28 Araújo e à secretaria executiva, pelo apoio durante seu mandato. Destacou a  
29 importância do comitê em sua trajetória profissional, mencionando as  
30 capacitações e eventos promovidos pela instituição. **Item 2. Aprovação da Ata**



31 **35ª Reunião Ordinária CBH Baixo Paranaíba:** A Presidente submeteu à  
32 apreciação dos presentes a ata da 35ª Reunião Ordinária CBH Baixo Paranaíba.  
33 Não havendo manifestações ou contribuições, o documento foi aprovado por  
34 unanimidade **Item 3. Eleição para Presidente do CBH Baixo Paranaíba:** O Sr.  
35 João Ricardo Raiser - SEMAD conduziu o processo eleitoral para a presidência do  
36 comitê, em virtude da vacância do cargo. O Sr. José Lucas Rabelo - Prefeitura  
37 Municipal de Quirinópolis apresentou candidatura, sendo eleito por aclamação,  
38 sem objeções ou abstenções. Quanto à vice-presidência, o coordenador declarou  
39 o cargo vago e convocou os membros a manifestarem interesse e decidiu-se  
40 avançar na pauta, retomando a discussão posteriormente. **Item 4. Apreciação e**  
41 **deliberação sobre o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos**  
42 **originários da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual**  
43 **na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba - CBH**  
44 **Baixo Paranaíba:** O Sr. Alan Mosele Tonin - SEMAD iniciou sua apresentação  
45 saudando o novo presidente, Sr. José Lucas Rabelo - Prefeitura Municipal de  
46 Quirinópolis, e reconheceu a contribuição da Sra. Hornella Crysthine Urzêdo à  
47 frente da gestão anterior. Explicou que o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) tem  
48 como objetivo orientar a aplicação dos recursos arrecadados na bacia, com  
49 reinvestimento em ações, projetos e programas. O documento foi elaborado com  
50 base no Plano de Bacia, aprovado há aproximadamente três anos, em  
51 conformidade com as diretrizes do Decreto Estadual nº 10.280, de 30 de junho de  
52 2023, que instituiu a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no estado.  
53 Esclareceu que o PAP possui caráter plurianual (3 a 5 anos) e que sua minuta foi  
54 submetida previamente aos membros do comitê para análise e eventuais  
55 aprimoramentos. Reforçou que a reunião tinha como objetivo aprovar a proposta  
56 para assegurar a aplicação eficiente dos recursos na bacia. Informou que a equipe  
57 da SEMAD realizou reuniões em diferentes localidades para apresentar os planos  
58 específicos de cada bacia hidrográfica e destacou que cabe a cada comitê avaliar  
59 e aprovar o plano correspondente. Explicou que a definição de prioridades foi  
60 essencial para a elaboração do plano de aplicação, uma vez que não seria viável  
61 financiar e executar todas as 50 ações previstas no plano de bacia ao mesmo  
62 tempo. Acrescentou que, além das oficinas, a equipe da SEMAD promoveu  
63 capacitações internas com entidades delegatárias de outras bacias, como a  
64 Agência Peixe Vivo e a GEVAP, para incorporar experiências na elaboração e



65 execução dos planos de aplicação. Mencionou que o Decreto Estadual nº 10.280  
66 e o manual técnico da Agência Nacional de Águas (ANA) também serviram como  
67 referência para a construção dos planos. Salientou que a padronização sugerida  
68 pela ANA foi adotada para integrar a comunicação entre os sistemas estaduais e  
69 federais. Apresentou um painel dinâmico disponível no sistema de informações  
70 sobre recursos hídricos da SEMAD, contendo os resultados das avaliações  
71 realizadas nas oficinas. Explicou que o painel permite acesso remoto e  
72 independente às informações sobre projetos e ações em andamento na bacia,  
73 auxiliando na tomada de decisões. Informou que o painel foi utilizado para otimizar  
74 a alocação de recursos, priorizando ações que precisam ser aceleradas ou  
75 iniciadas e evitando investimentos em ações já concluídas ou que não dependem  
76 dos recursos da cobrança. Em seguida, detalhou a proposta do plano de aplicação  
77 para a Bacia do Baixo Paranaíba. Esclareceu que o plano foi construído com base  
78 na estimativa de arrecadação proveniente da cobrança pelo uso dos recursos  
79 hídricos, sendo os recursos distribuídos da seguinte forma: 10% para  
80 remuneração da entidade delegatária, responsável por operacionalizar os projetos  
81 e ações na bacia, percentual este definido abaixo do limite legal de 12% como  
82 critério conservador para incentivar a seleção de entidade com menor taxa de  
83 remuneração; 5% para custeio das despesas do comitê, como realização de  
84 reuniões, eventos e capacitações, além do deslocamento dos membros; 1% para  
85 apoio técnico-operacional da secretaria executiva; e os 84% restantes para  
86 reinvestimento na bacia, por meio de investimentos em estudos, projetos e ações.  
87 Ressaltou que todos os percentuais estão em conformidade com a legislação  
88 vigente e foram calculados com base em projeções técnicas da SEMAD, visando  
89 a otimização da aplicação dos recursos arrecadados. Evidenciou que os  
90 investimentos foram organizados em três linhas prioritárias, estabelecidas  
91 conforme as ações mais relevantes para garantir a quantidade e qualidade hídrica  
92 na bacia. Prosseguiu detalhando as seguintes diretrizes do Plano de Aplicação  
93 Plurianual (PAP): monitoramento da quantidade e qualidade da água, conservação  
94 e recuperação ambiental, e educação ambiental, comunicação e mobilização  
95 social. Ilustrou que essas linhas foram definidas para evitar a pulverização dos  
96 recursos em ações muito distintas, o que poderia dificultar a execução e a gestão  
97 dos projetos. Reforçou que o plano foi pensado para um horizonte de três anos,  
98 considerando que esta é a primeira vez que a cobrança pelo uso dos recursos



99 hídricos será implementada no estado. Esse período permitiria que a entidade  
100 delegatária, responsável pela execução das ações, ganhasse maturidade e que o  
101 sistema como um todo se consolidasse. Citou que, no próximo ciclo de  
102 planejamento, será possível discutir um horizonte de médio e longo prazo. Para o  
103 ano de 2025, foi proposta uma margem de investimento de 10% dos recursos  
104 arrecadados, considerando que este será um ano de transição, com a contratação  
105 da entidade delegatária e o início efetivo das atividades. Já para os anos de 2026  
106 e 2027, a proposta prevê uma margem de investimento entre 40% e 60% dos  
107 recursos arrecadados, alinhada com a experiência de outras bacias e instituições  
108 que já possuem maior maturidade na gestão dos recursos. Salientou que essa  
109 estratégia permitiria a formação de um caixa para os próximos ciclos de  
110 planejamento, garantindo a continuidade e a aceleração dos investimentos à  
111 medida que o sistema ganha maturidade. Mostrou um resumo da distribuição dos  
112 recursos por finalidade, conforme definido no manual técnico da Agência Nacional  
113 de Águas (ANA). Destacou os valores alocados para a gestão de recursos hídricos  
114 e para a agenda setorial, que abrange áreas como agropecuária e saneamento.  
115 Além disso, mencionou os percentuais reservados para o apoio ao comitê (5%) e  
116 para a manutenção da entidade delegatária e da secretaria executiva (11%). Em  
117 seguida, detalhou as ações previstas em cada linha prioritária. Para o  
118 monitoramento da quantidade e qualidade da água, foram propostas ações como  
119 a aquisição e instalação de estações ou pontos de monitoramento de águas  
120 superficiais e subterrâneas, contribuindo para a implementação de uma rede de  
121 monitoramento na bacia. Na linha de educação ambiental, comunicação e  
122 mobilização social, foram sugeridas campanhas em mídias sociais, promoção de  
123 eventos e capacitações para conscientizar sobre a importância da regularização e  
124 do uso múltiplo e racional dos recursos hídricos. Na agenda setorial, o foco foi  
125 direcionado para programas de controle e prevenção da erosão e assoreamento  
126 dos rios, incluindo ações de conservação e preservação da água e do solo,  
127 alinhadas com programas como o Produtor de Água. Salientou que essas ações  
128 demandam maior articulação entre os setores envolvidos, o que justifica a  
129 previsão de investimentos mais significativos a partir de 2026. Por fim, explicitou  
130 que as duas últimas finalidades do plano (apoio ao comitê e manutenção da  
131 entidade delegatária e da secretaria executiva) representam os 16% dos recursos  
132 arrecadados, distribuídos em valores fixos ao longo dos três anos. Reforçou que



133 todas as informações apresentadas estavam detalhadas no documento enviado  
134 previamente aos membros do comitê e que a proposta estava aberta para  
135 discussões e ajustes antes da deliberação final. Colocou a equipe da SEMAD à  
136 disposição para esclarecer dúvidas e receber contribuições dos membros do  
137 comitê. O Sr. Alexandre Silva - SEAPA, perguntou se as ações seriam realizadas  
138 apenas nas margens dos rios ou se também contemplariam propriedades rurais,  
139 e se seria necessária a elaboração de Planos Individuais de Propriedade.  
140 Destacou a importância de planejar a quantidade de Projetos Integrais de  
141 Propriedade (PIPs) que precisariam ser elaborados, considerando a possibilidade  
142 de solicitar apoio de universidades para auxiliar no processo. O Sr. Alan Mosele  
143 Tonin – SEMAD, respondeu que, no momento, o plano estava focado em linhas  
144 estratégicas amplas, sem detalhes operacionais específicos. No entanto,  
145 confirmou que as ações de conservação poderiam incluir intervenções em  
146 propriedades rurais, desde que estivessem alinhadas com as diretrizes do plano  
147 de bacia. Mencionou que a gestão dos Projetos Integrais de Propriedade (PIPs)  
148 está frequentemente associada a programas de pagamento por serviços  
149 ambientais, mas que outras ações, como terraceamento, recuperação de estradas  
150 rurais e revegetação, também poderiam ser contempladas. O Sr. João Ricardo  
151 Raiser - SEMAD, complementou a resposta, explicou que a proposta foi construída  
152 de forma ampla para abranger uma variedade de ações. Aclarou que, em bacias  
153 críticas, as intervenções poderiam ser mais intensas, enquanto em outras áreas,  
154 ações menos complexas poderiam ser priorizadas. Também manifestou sobre a  
155 importância da participação dos municípios no processo, sugeriu que a  
156 recuperação de estradas rurais, por exemplo, poderia ser realizada de forma mais  
157 eficiente com o apoio dos governos locais. Ratificou que, no primeiro ano, não  
158 foram alocados recursos específicos para essas ações, considerando a  
159 necessidade de um maior planejamento e articulação com os produtores rurais e  
160 municípios. Comunicou que o plano foi estruturado como um "guarda-chuva"  
161 amplo, permitindo que ações e projetos específicos fossem detalhados e  
162 implementados ao longo do tempo. Em seguida, o Sr. José Lucas Rabelo  
163 Mendonça – Presidente CBH Baixo Paranaíba colocou em votação a deliberação  
164 do Plano de Aplicação Plurianual. Solicitou que os membros levantassem seus  
165 cartões para indicar a aprovação. A deliberação foi aprovada por unanimidade,  
166 com um total de 17 votos favoráveis e nenhuma abstenção ou voto contrário. **Item**



167 **5. Apresentação e Deliberação da Agenda de Reuniões do CBH Baixo**  
168 **Paranaíba 2025:** O Presidente apresentou a proposta de agenda das reuniões do  
169 Comitê da Bacia do Baixo Paranaíba para o ano de 2025. A programação incluiu  
170 reuniões ordinárias e extraordinárias ao longo do ano, distribuídas em diferentes  
171 períodos para atender às demandas do Comitê. Durante a discussão sobre a  
172 agenda, alguns membros questionaram a quantidade de reuniões previstas,  
173 sugerindo que seriam necessárias mais reuniões para tratar de temas locais e  
174 específicos da bacia. O Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD, explicou que, conforme  
175 o regimento do comitê, são obrigatórias apenas duas reuniões ordinárias por ano,  
176 mas que reuniões extraordinárias poderiam ser realizadas conforme a demanda.  
177 Evidenciou que a agenda proposta era flexível e sujeita a ajustes, podendo incluir  
178 mais reuniões extraordinárias, se necessário. Após a discussão, a agenda foi  
179 colocada em votação e aprovada por unanimidade. O Sr. João Ricardo Raiser –  
180 SEMAD, retomou o assunto da eleição para o cargo de vice-presidente, que ficou  
181 vago após a eleição do Sr. José Lucas Rabelo para a presidência. Informou que  
182 foram realizadas conversas informais com membros do comitê, incluindo  
183 representantes da sociedade civil, como o SENAR (Serviço Nacional de  
184 Aprendizagem Rural), para identificar possíveis candidatos. Questionou se havia  
185 outras candidaturas ou manifestações contrárias. Não havendo nenhuma  
186 manifestação, o membro Nélio Castro Lima - SENAR foi convidado a assumir o  
187 cargo de vice-presidente. O Sr. Nélio Castro Lima - SENAR agradeceu a confiança  
188 dos membros do comitê, comprometendo-se a contribuir com o trabalho coletivo.  
189 Destacou a importância de cuidar dos recursos hídricos e da vida como um todo.  
190 Ressaltou que, além de representar a sociedade civil e o SENAR (Serviço  
191 Nacional de Aprendizagem Rural), estava ansioso para colaborar com a diretoria  
192 e colocar em prática o Plano de Aplicação Plurianual aprovado. O Sr. José Lucas  
193 Rabelo, presidente eleito, agradeceu a todos pelo apoio e reforçou que a diretoria  
194 está à disposição para trabalhar em conjunto com o comitê, visando o benefício  
195 dos recursos hídricos e, conseqüentemente, da coletividade. **Item 6. Informes**  
196 **Gerais:** A Sra. Maria Aparecida de Souza Araújo – SEMAD mencionou que a  
197 SEMAD tem custeado a participação de membros do comitê em eventos  
198 relacionados a recursos hídricos, como o ENCOB (Encontro Nacional de Comitês  
199 de Bacias Hidrográficas), e que, em 2025, será realizada uma nova edição do  
200 evento. A seleção dos participantes será baseada na frequência e na participação



201 ativa dos membros nas reuniões e grupos de trabalho. O Sr. Levi Carlos da Silva  
202 – Prefeitura Municipal de Serranópolis, destacou a importância de envolver os  
203 municípios da bacia, especialmente aqueles que não têm participado ativamente  
204 das reuniões. Sugeriu que reuniões itinerantes poderiam ser uma estratégia eficaz  
205 para engajar os municípios e a comunidade local. O presidente concordou e  
206 assumiu o compromisso de trabalhar com a secretaria executiva para mobilizar os  
207 municípios ausentes, buscando maior engajamento e participação. O Sr. João  
208 Ricardo Raiser – SEMAD, informou que algumas vagas de suplência no comitê  
209 estavam em aberto, incluindo as de Caçu, Chapadão do Céu, Itarumã, Portelândia  
210 e Quirinópolis. Explicou que a secretaria executiva já estava trabalhando para  
211 preencher essas vagas, contatando prefeitos e secretários de meio ambiente dos  
212 municípios da bacia. Encerramento: Nada mais a tratar, o Sr. José Lucas Rabelo  
213 Mendonça - Presidente do CBH Baixo Paranaíba encerrou a reunião. Eu, Maria  
214 Julia Daminelli, colaboradora da secretaria executiva, lavrei essa ata que, após  
215 aprovada, segue assinada pelo Presidente e Secretário Executivo do Comitê. A  
216 gravação com inteiro teor da reunião encontra-se disponibilizada no site do Baixo  
217 Paranaíba.

**José Lucas Rabelo Mendonça**

**Presidente**

**Rafael Rodrigues de Paiva**

**Secretária Executiva**

**Anexo I**

## Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH Baixo Paranaíba

<b>Nº</b>	<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
1	SEMAD	Pedro Paulo Alves Godoi
2	SEMAD	Alan Mosele Tonin
3	SEMAD	Maria Aparecida de Souza Araújo
4	SEMAD	João Ricardo Raiser
5	SEMAD	Marcos Aurélio Gomes Antunes
6	SEAPA	Alexandre Silva
7	Prefeitura Municipal de Caçu	Hornella Crysthine Urzêdo Duarte
8	Prefeitura Municipal de Quirinópolis	José Lucas Rabelo Mendonça
9	Prefeitura Municipal de Serranópolis	Levi Carlos da Silva
10	ABES/GO	Mariusia Aparecida Limas dos Santos
11	SENAR GOIÁS	Nélio Castro Lima
12	ONG Amigos do Rio Claro	Morgana de Castro Paniago
13	SANEAGO	Rafael Rodrigues de Paiva
14	SANEAGO	Douglas Alves de Souza
15	Sindicato dos Produtores Rurais de Paranaguia e São Simão	Marcos Antônio Alves Capanema
16	IRRIGO	Aurélio Alves Miranda
17	São Martinho S/A	Roberta Macedo Dantas
18	Rio Claro Agroindústria S/A	Franciane Paula da Cruz



## CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

<b>19</b>	Energética Serranópolis	Hellen Cristina Alves do Nascimento
<b>20</b>	Kinross Brasil	Italo Martins Alves
<b>21</b>	UHE Foz do Rio Claro	Paulo Roberto Gomes Pereira



**CBH BAIXO PARANAÍBA**

Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

## **Anexo II**

### Lista de Presença (Convidados) do CBH Baixo Paranaíba

	<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
<b>1</b>	Secretaria Executiva/Completa	Phelipe Henrique Cassimiro Cunha
<b>2</b>	SEMAD	Rodrigo Pacheco
<b>3</b>	Kinross Brasil	Leonardo
<b>4</b>	SANEAGO	Zacarias Silveira
<b>5</b>	Prefeitura de Paranaguá	Renata Ferreira
<b>6</b>	SJC Bioenergia	Fernanda Gonçalves
<b>7</b>	Prefeitura de Quirinópolis	Weligton da Silva
<b>8</b>	Usina Boa Vista	Amanda Kelly Vieira
<b>9</b>	Serranópolis	Maria Aparecida Alves



## CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos  
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

Registro Fotográfico

